

Jornalismo para a Paz: um caminho para análises de coberturas em contextos de conflitos sociais¹

Diuan dos Santos Feltrin

UNESP (Universidade Estadual Paulista) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru/SP

Resumo

O artigo discute a perspectiva do Jornalismo para a Paz como possibilidade teórico-metodológica em pesquisas no campo do jornalismo, sobretudo no que tange às análises de coberturas em contextos de conflitos de ordem social. Inicialmente concebido para orientar a atividade jornalística em situações de guerra, parte-se do entendimento de que esta abordagem também se aplica em contextos sociais marcados por violência estrutural e cultural, que culminam em violência direta. Para testar empiricamente a aplicação das perspectivas do Jornalismo para a Paz, o artigo apresenta a análise de conteúdo de três veículos jornalísticos brasileiros referente a um caso de racismo, de modo a indicar se as coberturas se limitam à apresentação dos fatos ou se são direcionadas à identificação e ao olhar crítico referente ao conflito, consideradas condições para uma possível superação.

Palavras-chave

Jornalismo para a Paz; Jornalismo; Metodologia; Comunicação para a Paz.

Introdução

O presente artigo tem a finalidade de contribuir com as discussões sobre o Jornalismo para a Paz (JP) como proposta teórica relacionada às investigações no campo dos estudos referentes às construções jornalísticas. Esta abordagem emerge no contexto dos Estudos para a Paz (*Peace Studies*) com o objetivo de garantir um novo significado às coberturas desenvolvidas pelas mídias noticiosas em contextos de guerra. Ao contrário de apresentar meramente as marcas deixadas pelas guerras, o JP procura desbravar as causas que desencadeiam o conflito e busca estimular e contribuir com a visão crítica do público receptor diante de estruturas de violência. À medida que fomenta a conscientização, o jornalismo se agrega a outras categorias que caminham no sentido de educar para a transformação de conjunturas opressoras.

Embora concebido como contraproposta às coberturas de guerras, entendemos que a abordagem do JP também se aplica em coberturas jornalísticas relacionadas a conflitos sociais

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Comunicação intercultural e interseccionalidade, atividade integrante do XIV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

diversos. Sobretudo pelo fato de que a sociedade, em geral, está imersa em violências de todas as ordens. Estruturas sociais geradoras de desigualdades relegam diversos grupos a condições subalternas, colocando-os à margem da sociedade, o que resulta em relações de poder desniveladas. Johan Galtung (2003) denomina como violência estrutural essas realidades excludentes.

Outras duas tipologias apresentadas por Galtung (2003) ajudam a pensar sobre as violências que permeiam as relações sociais. A violência cultural, por exemplo, é extremamente nociva, ainda que muitas vezes seja percebida com naturalidade. Seus efeitos são construídos no decorrer do processo de formação sociocultural e se revelam em posturas e pontos de vistas presentes em discursos rotineiros que inferiorizam determinados grupos sociais. Alguns exemplos de violência cultural são discursos misóginos, homofóbicos e racistas; são fenômenos complexos, construídos por meio do atravessamento de estruturas desniveladas e com pesos diversos. Conjunturas políticas, econômicas, sociais e religiosas têm grande peso na formulação das violências de ordem cultural, na medida em que elaboram seus discursos, muitas vezes impelidos em segregar e hierarquizar indivíduos a partir de características que os definem, especialmente pelos marcadores de raça, classe e gênero.

Ainda de acordo com Galtung (2003), tanto a violência estrutural quanto a cultural legitimam o que ele denomina como violência direta. Nesta, os efeitos são claramente percebidos e, por isso, prevalece em coberturas jornalísticas em situações de conflitos; sobretudo quando expõem as marcas da violência e enaltecem a divisão entre vencedores e perdedores em um conflito armado, por exemplo. Entretanto, a principal missão de uma construção noticiosa amparada na paz é desvelar os efeitos da violência que culminam em sua manifestação direta. Efeitos muitas vezes mascarados sob o véu da normalidade, em estruturas sociais dicotômicas.

Partindo da compreensão sobre a violência, o presente estudo apresenta o JP como uma proposta teórica que fornece subsídios para as metodologias que visam a realização de análises em investigações no campo do jornalismo. Um dos fundamentos dos Estudos para a Paz (EPP), área que contempla o JP, é a consolidação de uma epistemologia da paz, empenhada em compreender contextos conflituosos para, assim, buscar estratégias de superação. Por considerarmos o jornalismo como agente social, acreditamos que a prática pode ser uma eficaz ferramenta de transformação.

É importante ressaltar que quando indicamos propostas de superação ou transformação de conflitos, não ignoramos as tensões e embates inerentes a quaisquer processos de mudança. Ao considerarmos o jornalismo como um dos suportes possíveis para se empenhar em

confrontar situações de violência, é preciso levar em conta os interesses subjacentes à lógica de produção noticiosa, bem como o fato de que a permanência dos conflitos interessa a alguns grupos detentores do poder. Quando o jornalismo se empenha em combater violências como o racismo, por exemplo, atua no sentido de visibilizar, denunciar, responsabilizar e, principalmente, romper com as estruturas que fortalecem o pensamento racista.

Ao propormos o JP como um caminho possível, demonstraremos empiricamente, por meio de estudo de caso, como os fundamentos da abordagem são aplicado para a compreensão da violência presente em conflitos sociais. A análise se concentra em apresentar como três portais de notícias (*GI*, *Folha de S. Paulo* e *Carta Capital*) representaram uma mesma temática, que tem o preconceito racial como pano de fundo.

O artigo está organizado a partir dos seguintes tópicos: a contribuição social do jornalismo, o Jornalismo para a Paz como metodologia; aplicabilidade em análises de coberturas; considerações finais.

A contribuição social do jornalismo

O jornalismo é fundamental para que os integrantes da sociedade obtenham conhecimentos relacionados aos acontecimentos que os perpassam. A atividade jornalística, neste sentido, contribui efetivamente para a formulação da pauta social, de modo que temáticas desenvolvidas pelos veículos de comunicação têm maiores possibilidades de compor o repertório social, ao passo que assuntos ignorados pela mídia dificilmente obterão espaço nos debates públicos. O processo de mediação jornalística gera efeitos sobre as percepções do público e pode estimular posicionamentos políticos, engajamento social e formulação de pontos de vista (MARCONDES FILHO, 1989; SODRÉ, 2010). Como agente integrante da sociedade, o jornalismo carrega em si grande responsabilidade, de modo que, no decorrer da história, a imprensa foi consagrada como tribuna para debates e movimentos que resultaram em diversas conquistas sociais (IJUIM, 2009).

Considerando os fatores midiáticos que influenciam as pautas sociais, partimos da premissa de que o jornalista, na condição de produtor de conteúdo, desempenha importante função no processo de construção do imaginário social no que tange aos temas que aborda. Tal argumento vem ao encontro do que salienta Bordenave (1982), para quem o jornalista é, primeiramente, um comunicador social. Por isso, um dos principais pilares da profissão é realizar a mediação entre as pessoas e os acontecimentos. Desse modo, o jornalismo pode estimular o posicionamento crítico do público diante de contextos demarcados por injustiças e

violências. Assim, o jornalismo pode ser somado a outras instâncias sociais voltadas a promoção de autonomia dos indivíduos, tal como a educação, por exemplo. Em um processo dialético e em consonância com as realidades experienciadas, os indivíduos se tornam agentes críticos e empenhados em transformar ou ressignificar conjunturas que os inferiorizam (FREIRE, 1987).

Ainda sobre o fato de a sociedade ser orientada pelos conteúdos propagados pelas mídias, Traquina (2003, p. 14), citando McCombs e Shaw (1977), afirma que “a capacidade da mídia em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu importante papel na figuração da nossa realidade social”. No entanto, o poder de seleção ou exclusão de acontecimentos por parte do jornalismo traz consigo uma série de fatores políticos, sociais e até mesmo econômicos.

O que determina a luminosidade ou opacidade que o jornalismo confere a determinados acontecimentos em detrimento de outros? Conforme sustenta Alsina (2009, p. 115), o acontecimento é um fenômeno social elaborado histórica e culturalmente. “É claro que, cada sistema cultural vai concretizar quais são os fenômenos que merecem ser considerados como acontecimentos e quais passam despercebidos. Sabe-se que toda forma de enxergar é uma forma de ocultar”. Indiretamente, a proposta do JP busca estreitar os abismos que ainda persistem nos critérios de noticiabilidade e que distanciam a práxis jornalística da realidade social a que representa. Ao seguir na contramão do que propõe a lógica hegemônica de produção noticiosa, o JP concede voz aos que costumeiramente são silenciados, o que fortalece a compreensão do jornalismo como instância comprometida com a sociedade.

A perspectiva do JP é uma alternativa que indica caminhos para a superação das contradições existentes no processo de seleção ou exclusão de acontecimentos que podem ou não ser notícia. Sua aplicação sustenta o caráter social do fazer jornalístico e o considera como agente de transformação à medida que serve como lupa que garante uma visão holística acerca das conjunturas geradoras de conflitos. O compromisso social do JP se revela principalmente em seu direcionamento comprometido com a denúncia de situações de abuso de poder e injustiças, com o objetivo de promover a resolução pacífica dos conflitos e, assim, impedir a escalada em direção à violência (GIRÓ, 2018).

O Jornalismo para a Paz como possibilidade teórica

Ao apresentarmos o JP como caminho agregador às metodologias de investigação, não podemos perder de vista o campo epistemológico que o abarca, ou seja, os Estudos para a Paz

(EPP), que constituem um campo de estudos definido (MASCHIETTO; NOBRE; NOGUEIRA, 2019). Portanto, antes de pensarmos nesta abordagem de construção jornalística como possibilidade de investigação, é necessário situar a grande área que a contempla.

Maschietto, Nobre e Nogueira (2019) destacam o caráter multi e transdisciplinar dos EPP e argumentam que a própria natureza desses estudos exige a conexão com múltiplas áreas do conhecimento, pois a complexidade e amplitude destes estudos fundamentam sua interrelação com outros saberes. Ferreira (2016, s.p) sustenta que “ao compreender a paz sob um viés transdisciplinar, pode-se conceber que tal abordagem não é meramente um preciosismo epistemológico. Ao contrário, seria uma necessidade epistemológica”.

A conexão de saberes fundamenta e fortalece os EPP, visto que muitas áreas prestam contribuições para a compreensão da paz e o enfrentamento das estruturas geradoras de violência. É o que afirma Galtung (2006), quando compara os EPP aos estudos feministas, cujo objeto de estudo perpassa diferentes instâncias cognitivas empenhadas na superação das violências contra as mulheres. Segundo o autor, nenhuma disciplina tem o monopólio da paz, justamente porque todas têm algo a contribuir em sua construção.

As inspirações que fomentaram o desenvolvimento dos EPP são equiparadas aos fatores que instigaram o surgimento das Relações Internacionais (RI). Apesar das convergências entre as RI e os EPP, Maschietto, Nobre e Nogueira (2019) abordam as distinções nos caminhos percorridos por estes campos. De acordo com os autores, as RI se institucionalizaram no contexto marcado pelo fim da Primeira Guerra Mundial, quando começaram a proliferar cursos e departamentos de RI, sobretudo na Europa e Estados Unidos. O objetivo era ampliar o entendimento sobre as causas das guerras com base em uma perspectiva interestatal, centrada na inevitabilidade da violência e seu papel instrumental (MASCHIETTO; NOBRE; NOGUEIRA, 2019). Os autores também salientam que os EPP, no entanto, se consolidam no pós-guerra por meio do engajamento de pesquisadores da área de humanidades e ativistas pela paz. A principal frente destes estudos era a prevenção contra a violência.

Parte da agenda dos EPP reside em instigar diversas formas de agência que possam contribuir para a consolidação da paz em sua acepção mais plena: não apenas como ausência de violência direta, mas também como justiça social e como ferramenta para a superação da violência cultural (MASCHIETTO; NOBRE; NOGUEIRA, 2019, p. 551).

Tendo em vista a indissociabilidade dos EPP com outros campos do saber, destacamos a contribuição da comunicação para a consolidação de uma cultura de paz. Principalmente se

considerarmos os efeitos das mensagens no público receptor das informações midiáticas. Os mecanismos da comunicação indicam caminhos voltados à superação de realidades opressoras e se agregam às diversas iniciativas sociais e educacionais empenhadas na não-violência e na consolidação de uma cultura de paz. O jornalismo é contemplado pela grande área da comunicação e o consideramos como espaço privilegiado para que as iniciativas de paz possam ser propagadas.

A corrente do Jornalismo para a Paz surge em oposição ao modelo tradicional chamado Jornalismo de Guerra/Violência que, como o próprio termo denota, é pautado nas coberturas de conflitos. O fundamento desta corrente é a ressignificação de coberturas de situações conflituosas, de modo que, nestes casos, a depender do enquadramento realizado, as organizações midiáticas contribuem para a naturalização da cultura de violência ou para a superação da mesma (CABRAL; SALHANI, 2017).

Salinas (2014) dá pistas de como a comunicação para a paz supera a mera reprodução dos fatos, na busca por ultrapassar indiferenças, fortalecendo relações de alteridade.

Os níveis de violência que os meios de comunicação transmitem, bem como seus efeitos, são coerentes com as estratégias de controle social dos grupos de poder ao afetar a organização coletiva dos cidadãos e seus desejos de participarem dos processos de mudança social. Por exemplo, a redução da sensibilidade à dor e ao sofrimento dos outros favorece o individualismo e a indiferença (SALINAS, 2014, p. 58, tradução nossa).

O autor evidencia a ação da comunicação sob o imaginário social e complementa seu pensamento ao explicar que a percepção negativa sobre o mundo gera pessimismo, desconfiança e medo, o que acaba por restringir a participação coletiva e, conseqüentemente, incide sobre qualquer possibilidade de transformação conjuntural. Neste sentido, compreendemos a importante contribuição da atividade jornalística para fomentar o engajamento social frente aos contextos marcados pela opressão.

Ainda nesta direção, Shinar (2008, p. 43) explica que o enquadramento jornalístico orientado para a paz visa à melhoria das representações da mídia, da construção da realidade e da consciência crítica. Por isso, a vertente procura promover uma ampliação dos assuntos que aborda, explorando os antecedentes e contextos da formação de conflitos; a finalidade é superar a superficialidade e garantir a transparência dos fatos noticiados, concedendo voz a todos os atores envolvidos. Este argumento vai ao encontro do que sustenta Ijuim (2009), para quem o jornalista, em sua condição de agente social, promove a relação homem-realidade a fim de estimular a consciência crítica e, por conseguinte, o empenho na transformação.

Annabel McGoldrick e Jake Lynch (2000, p. 5, tradução nossa) são referências nos estudos do JP e possuem vasta experiência na cobertura jornalística acerca de conflitos. Eles afirmam: “a abordagem do JP fornece um novo roteiro para as coberturas, traçando conexões entre os jornalistas, suas fontes, as histórias que eles cobrem e as consequências de suas reportagens”. Este chamado “novo roteiro” se opõe à polêmica objetividade jornalística, de modo que o jornalista precisa ultrapassar as barreiras mercadológicas e promover a contextualização dos fatos, conforme reforça Salinas (2014, p. 65, tradução nossa):

Dada a importância social de alguns temas é impossível e eticamente irresponsável não mostrar comprometimento e respaldar a sociedade no que se relaciona às violações dos direitos humanos e situações de exclusão. Em um jornalismo orientado para a paz o foco é o impacto social e a qualidade do conteúdo, que devem superar os interesses econômicos das próprias empresas jornalísticas.

A proposta inicial do JP é a articulação de uma outra forma de construção jornalística em situações de guerra. Contudo, sustentamos o pressuposto de que seus parâmetros e fundamentações também se aplicam em coberturas jornalísticas relacionadas a conflitos sociais que, tal como as guerras, geram violência extremada (direta, estrutural ou cultural) e afligem parcelas da sociedade, principalmente as mais vulneráveis. Deste modo, cabe ao jornalismo fortalecer a relação homem-realidade, cumprindo sua função de agente social empenhado em despertar o entendimento crítico sobre as causas dos conflitos e estimular esforços para conter situações de opressão.

Como já mencionado, acreditamos no jornalismo como potencial ferramenta para o engajamento social em prol da consolidação de uma cultura de paz. Aliado às diversas iniciativas das várias áreas de conhecimento direcionadas ao combate à violência, o JP se constitui como um eficaz meio gerador de consciência crítica para a desconstrução de realidades violentas.

Em termos metodológicos, o roteiro proposto pelo JP, somado a outras metodologias, amplia as possibilidades de investigação nos estudos do campo jornalístico. Pelo fato de a grande área – Estudos para a Paz - ter a finalidade de compreender os fenômenos da paz e da violência e propor formas de ação para a desconstrução de conjunturas violentas, o JP caminha nesta mesma direção, cujo fundamento é contribuir para a melhoria da condição humana (MASCHIETTO; NOBRE; NOGUEIRA, 2019). Os conceitos do jornalismo para a paz, em oposição às características do jornalismo de guerra, servem como suportes teórico-metodológicos e podem ser aplicados como categorias em análises de conteúdos e análises do

discurso, por exemplo (CABRAL; SALHANI, 2017), que buscam compreender como a transmissão dos conteúdos noticiosos é realizada pelos canais midiáticos.

Para testar os conceitos do JP, o presente artigo apresenta uma análise acerca de coberturas jornalísticas referente a uma situação de racismo. Com a finalidade de demonstrar como o JP se agrega a outras metodologias, realizaremos uma análise de conteúdo de três veículos jornalísticos distintos, utilizando categorias relacionadas ao JP. O objetivo é compreender se estas coberturas evocam alternativas para a superação da violência racial ou se apenas se restringem a exposição dos fatos. Em outras palavras, testaremos a metodologia com a intenção de demonstrar quais abordagens jornalísticas prevalecem nos veículos analisados: na cobertura do caso em questão, prevalecem diretrizes do Jornalismo para a Paz ou do Jornalismo de Violência?

Ressaltamos que o objetivo deste artigo é apresentar possibilidades metodológicas que ampliem e sirvam de parâmetro às pesquisas no campo do jornalismo, o que justifica o caráter breve da análise.

Análises

Neste tópico, apresentamos a análise das coberturas desempenhadas por três portais de notícias brasileiros sobre um acontecimento com indícios de violência racial. Os portais selecionados para a análise foram: *GI*, *Carta Capital* e *Folha de S. Paulo*.

O caso: No dia 30 de janeiro de 2020, a empresária Lorena Vieira esteve em uma instituição bancária na zona norte do Rio de Janeiro para realizar uma transação financeira em caixa eletrônico. Ao tentar desbloquear um cartão e realizar saque, o sistema do banco apontou que a referida conta estava bloqueada. Na sequência, acreditando que a transação efetivada por Lorena se trataria de uma fraude, funcionários e seguranças do banco a encaminharam a uma delegacia a fim de dar explicações. Após o ocorrido, Lorena expressou em sua conta em uma rede social que a principal motivação para o constrangimento ao qual fora submetida era o fato de ser negra.

Com base nas argumentações expostas nos tópicos anteriores, partiremos para análise de conteúdo dos três portais de notícias brasileiros em relação a este acontecimento. A partir do referencial teórico do Jornalismo para a Paz, elencamos categorias para o direcionamento da análise.

1) Denúncia da violência: a cobertura aponta com clareza a presença de violência racial, sem apontar caminhos para sua superação.

2) **Contextualização:** a cobertura apresenta os entremeios dos conflitos, revelando as razões que os desencadearam.

3) **Foco na superação do conflito:** a cobertura é direcionada a indicar caminhos para a superação da violência presente no caso apresentado (violência cultural: a ideia cristalizada da soberania de uma raça sobre outra).

4) **Atores envolvidos:** a cobertura concede voz a todos os atores envolvidos no acontecimento ou é maniqueísta, mostrando apenas um face?

O quadro 1 esquematiza as categorias elencadas, subdividindo-as em critérios concernentes ao Jornalismo para a Paz e ao Jornalismo de Violência.

Quadro 1. Embasamentos na construção jornalística do Jornalismo para a Paz e Jornalismo de violência

Jornalismo para a Paz	Jornalismo da Violência
Denúncia da violência: cobertura direcionada ao engajamento social para a superação do conflito.	Restringe-se à apresentação do conflito.
Contextualização: mostra os entremeios dos conflitos e apresenta os motivos que os desencadearam.	Superficialidade: o conflito é apresentado isoladamente.
Superação do conflito: indica caminhos de transformação da realidade.	Distanciamento: divulga o problema, mas desvincula-se da ação.
Destaque para as pessoas: considera todos os atores envolvidos.	Maniqueísta: apresenta apenas um lado do acontecimento.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Jake Lynch e Annabel McGoldrick (2000)

Portal G1

A matéria veiculada pelo Portal *G1* no dia 30 de janeiro de 2020 tem como título “Lorena Vieira, mulher de Rennan da Penha, diz ter sido vítima de preconceito e racismo em agência do Itaú”²; o título direciona à posição social ocupada por Lorena, ressaltando o fato de ela ser esposa de um conhecido DJ carioca. A importância conferida ao cônjuge é corroborada na linha fina da matéria: “Ela conta que, na delegacia, policiais duvidaram que ela era casada com o DJ e a trataram com deboche”. Há, neste caso, uma redução da autonomia da personagem, já que seu *status* é sustentado por uma figura masculina. Ademais, o portal se

² Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/01/30/mulher-de-rennan-da-penha-afirma-ter-sido-vitima-de-preconceito-e-racismo-em-agencia-do-itaui.ghtml>. Acesso em 19 Fev. 2020.

exime a indicar que o banco cometeu preconceito racial, colocando a questão na reprodução das falas de Lorena Vieira.

A cobertura realizada pelo portal se aproxima da abordagem do Jornalismo de Violência, pois se limita a apresentar o conflito, sem indicar brechas para sua superação. Há distanciamento do caso, de modo que toda a narrativa é sustentada pelos dizeres da “vítima”. Inclusive, a matéria é acompanhada por imagens da rede social de Lorena, onde ela acusa a instituição financeira de racismo.

Por outro lado, o portal recorre às explicações do banco acusado de racismo e divulga na íntegra a nota divulgada pela instituição: “O Itaú Unibanco esclarece que o procedimento adotado na agência é padrão em casos de suspeita de fraude, e não tem qualquer relação com questões de raça ou gênero”. E, após a divulgação da nota, a matéria esclarece: “O banco não explicou, no entanto, o motivo pelo qual o perfil bancário de Lorena foi tratado como suspeito”; com estes dizeres, sutilmente indica aos leitores refletirem sobre os motivos que levaram à suspeita do perfil de Lorena.

A conclusão da matéria expõe os dizeres da nota divulgada pela Polícia Civil, que afirma que a mulher foi convidada a apresentar seus documentos para averiguação de autenticidade e, após confirmação da identidade, ela foi liberada.

Há, na matéria, a presença de todos os atores envolvidos no acontecimento. No entanto, em momento algum aponta indícios para a superação de casos de preconceito racial e tampouco traz casos de outras organizações que também protagonizaram ações semelhantes. O distanciamento é evidente e prevalece a mera descrição do conflito.

Carta Capital

A matéria do portal *Carta Capital* tem como título: “Lorena Vieira acusa banco Itaú de racismo: ‘Humilhada e esculachada³’”. Assim como no portal *GI*, a posição social da personagem é relacionada à figura do marido, o que se evidencia nos dizeres da linha fina: “Empresária e esposa do DJ Rennan da Penha diz ter sido conduzida à delegacia após tentar sacar 1.500 reais de sua conta”.

A narrativa do acontecimento toma como parâmetro a cobertura desenvolvida pelo *GI*, inclusive com citações. Há também os dizeres de Lorena na rede social em que foi feita a acusação de racismo. A diferença na abordagem, porém, está na conclusão da matéria, quando

³ Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/lorenna-vieira-acusa-banco-itaú-de-racismo-humilhada-e-esculachada/>. Acesso em 19 Fev. 2020.

a *Carta Capital* aponta a repercussão do episódio, figurado entre os assuntos mais comentados no *Twitter* no dia 31 de janeiro de 2020 e traz, inclusive, pontos de vista de personalidades políticas e do universo artístico, que afirmaram ter cancelado suas contas no referido banco.

A conclusão da matéria aponta que na rede social *Instagram*, “dezenas de internautas publicam comentários nas fotos da conta da empresa para denunciar o caso de racismo”. Neste ponto, há indícios de que a cobertura se aproxima do Jornalismo para a Paz, pois apresenta brechas, ainda que sutis, para a denúncia de casos de racismo praticado por organizações. Apontar a mobilização nas redes sociais e indicar que personalidades realizaram o cancelamento de suas contas na instituição bancária são caminhos que induzem a uma mudança de realidade, haja vista que tais iniciativas visam pressionar organizações acusadas de crime racial. Ademais, a matéria escapa do maniqueísmo típico dos enquadramentos do Jornalismo de Violência, ao trazer a perspectiva de todos os atores envolvidos no caso.

Folha de S. Paulo

A cobertura divulgada no portal do jornal *Folha de S. Paulo* também enaltece a figura do marido de Lorena, logo no título: “Empresária, namorada de Rennan da Penha vai a banco e é levada pela polícia⁴”. Na linha fina, o foco é o posicionamento da instituição bancária: “Em nota, Itaú pediu desculpas e disse que bloqueio da conta era para proteger correntista”.

Observa-se na narrativa apresentada pela *Folha* a humanização da personagem principal, logo no primeiro parágrafo:

"Preto e dinheiro são palavras rivais?" É o que a empresária Lorena Vieira, 21, se perguntou, citando trecho da música "Vida Loka (parte 2)", dos Racionais MC's, após ser "humilhada e esculachada por minha conta receber um bom dinheiro", segundo ela. Queria sacar R\$ 1.500.

Ao contrário dos demais portais, a *Folha* situa Lorena como empresária e revela o nome da empresa de cosméticos da qual ela é proprietária; também destaca a representatividade da empresária nas redes sociais, com alto número de seguidores. O texto ainda traz a informação de que em 2016, Lorena recebeu o título de *Miss Beleza Negra*.

Quando discorre sobre a situação ocorrida no banco, o jornal apresenta alguns dizeres das notas da Polícia Civil e do banco, mas sempre confrontados com a visão da vítima, Lorena:

⁴ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/empresaria-namorada-de-rennan-da-penha-vai-a-banco-e-e-levada-pela-policia.shtml>. Acesso em 19 Fev. 2020.

“A empresária afirma que os três policiais que a escoltaram, todos eles brancos, agiram com “o maior deboche, maior desrespeito, maior preconceito”. E complementa com o trecho: “Ela diz que vai encerrar sua conta no Itaú e ‘processar quem tiver que processar’, a instituição, a Polícia Civil ou ambos”. As informações sobre as providências que Lorena tomaria, não fizeram parte das coberturas do *GI* e da *Carta Capital*.

A narrativa também apresenta a perspectiva de Rennan da Penha, namorado de Lorena, e reproduz os dizeres publicados na rede social dele: "Fraude por quê? Ela trabalha, vende o xampu dela." A indignação de Rennan é reforçada com os dizeres:

Estereótipos do que esperar de um negro, diz, também o assombram. Se não é bandido, no imaginário popular, só pode ser boleiro. Como a vez em que entrou numa agência do mesmo Itaú, e o segurança perguntou se era jogador de futebol. "Fico assim, pasmo, mano. Não posso conquistar nada? Que loucura é essa, mano?"

Percebe-se, neste trecho, que a matéria revela um histórico de casos de racismo praticados pela mesma instituição bancária. A contextualização dos fatos é uma das características no Jornalismo para a Paz.

Na sequência, o texto mostra como Rennan e Lorena enfrentam situações de racismo no dia a dia: “Também incomoda quando ele e Vieira estão no avião e recebem olhares tortos. ‘Dois jovens negros viajando não é normal pra eles’”. Posteriormente, a matéria é finalizada com as explicações do banco: “O objetivo, de acordo com a instituição, “era proteger os recursos de Vieira de possível fraude, uma vez que já havia um bloqueio preventivo de sua conta corrente e era difícil identificá-la com o documento apresentado no caixa”.

A cobertura da *Folha* se aproxima dos vieses do Jornalismo para a Paz e dentre os critérios selecionados para esta análise, busca promover a superação do conflito (preconceito racial) ao trazer as questões para debate a partir de situações apresentadas pelas próprias personagens envolvidas no caso; esta iniciativa pode, inclusive, estimular ações direcionadas ao combate do racismo, pois revelam a relação homem-realidade (IJUIM, 2009) a partir de histórias que geram reconhecimento e empatia.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi apresentar possibilidades de investigações no campo do jornalismo tendo o Jornalismo para a Paz como alternativa teórica e metodológica, sobretudo referente às coberturas relacionadas aos conflitos sociais. Como a abordagem do JP foi

concebida para a redefinição das construções de notícias em contextos de guerra, buscou-se relacionar as diretrizes para a análise de coberturas jornalísticas em cenários de conflitos sociais, marcados não somente por violência direta, mas principalmente estrutural e cultural.

No campo dos estudos do jornalismo, o JP propõe um novo olhar frente aos critérios de noticiabilidade e indica possibilidades de aplicação prática. O mercado de produção de notícias, especialmente no Brasil, ainda não desempenha o Jornalismo para a Paz de forma clara e definida. Neste sentido, as pesquisas sobre o JP não somente apontam para novas perspectivas teóricas, mas também são voltadas a aperfeiçoar a atividade jornalística, orientando a prática de coberturas mais humanizadas e capazes de estimular ação-reflexão.

São grandes os desafios diante dos ditames que conduzem as mídias hegemônicas, ainda regidas pela lógica do mercado. Porém, como demonstrado no pequeno recorte das análises deste artigo, critérios do JP podem ser aplicados em coberturas jornalísticas sobre conflitos sociais, visando estimular consciência crítica direcionada à superação de situações de conflito. À medida que concede visibilidade ao conflito, o jornalismo atua como canal de denúncia e pode, neste sentido, promover rupturas de um sistema sustentado por lógicas excludentes. As reflexões apresentadas buscaram dar início a futuros debates acerca do direcionamento jornalístico em contextos de violência, além de indicar caminhos para futuras investigações no campo da comunicação.

Referências

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação**. 4º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

CABRAL, Raquel; SALHANI, Jorge. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. **E-compós**, Brasília, v. 20, n. 3, 2017.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. A transdisciplinaridade nos estudos de paz. **Mundorama – Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, n. 103, 2016. Disponível em <<https://mundorama.net/?p=19085>>. Acesso em 08 fev. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALTUNG, Johan. **Violencia cultural**. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratuz, 2003.

GALTUNG, Johan. Peace Studies: a ten point primer. In: HUNTER, A. (Org.). **Peace Studies in the Chinese century**. Ashgate, 2006.

GIRÓ, Xavier. Equilibrios inestables para el periodismo para la paz en conflictos nacionalistas. **Organicom**, São Paulo, ano 15, n. 28, 2018.

IJUIM, Jorge Kanehide. A Responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Em Questão**, Porto Alegre-SP, v. 5, n. 2, 2009, p. 31-43.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 2. ed., 1989.

MASCHIETTO, Roberta H.; NOBRE, Fábio; NOGUEIRA, Silvia G. Compreender para mudar: epistemologia e metodologia dos estudos para a paz. In: FERREIRA, Marcos A. S. V.; MASCHIETTO, Roberta H; KUHLMANN, Paulo R. L. (Orgs.). **Estudos para a paz: conceitos e debates**. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2019. p. 537-576.

McGOLDRICK, Annabel; LYNCH, Jake. **Peace Journalism – What is it? How to do it?**, 2000. Disponível em <goo.gl/YSMTuj>. Acesso em 27 dez. 2019.

SALINAS, Alex Iván Arévalo. Periodismo y comunicación para la paz. Indicadores y marco regulatorio. **Revista Comunicación y Ciudadanía Digital – COMMONS**, v. 3, n. 1, p. 57-92, 2014.

SHINAR, Dov. Mídia democrática e jornalismo voltado para a paz. **Líbero**, ano XI, n. 21, p. 39-48, 2008.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura**: a comunicação e seus produtos. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.